

VISÃO DO CORREIO

Celular nas escolas precisa ser debatido

A decisão sobre a proibição de celulares nas escolas públicas e privadas no Brasil parece estar longe do fim. Pelo menos, uma decisão que sirva para todo o território nacional. Algumas unidades da Federação tomaram um caminho. Na última terça-feira, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou, por unanimidade, projeto de lei que proíbe o uso de celulares em escolas públicas e privadas no estado. Agora, o texto segue para sanção do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). No Rio de Janeiro, as escolas municipais adotaram a regra desde o início letivo deste ano, com resultados positivos apontados pelo secretário de Educação do município: aumento do foco, da concentração e da interação social entre os estudantes.

Além de estudos divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que alertam para uma “epidemia de distração” enfrentada pelos alunos, especialistas, principalmente médicos, condenam o uso de quaisquer equipamentos eletrônicos, como celulares, relógios inteligentes, tablets e outros aparatos tecnológicos, seja dentro da sala de aula, seja nos intervalos entre as disciplinas e até durante o recreio.

De acordo com pesquisa do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2022, no Brasil, cerca de 80% dos alunos afirmaram que se distraem com o uso de celulares nas aulas de matemática. E a tecnologia é mais prejudicial quando o usuário é um bebê. Tanto que a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) desaconselha o uso desses aparelhos por menores de 2 anos, com possíveis danos ao desenvolvimento cerebral da criança.

Por outro lado, há quem defenda o uso

do celular na escola, principalmente durante determinadas tarefas escolares, como em aulas de disciplinas em que sejam demandadas demonstrações de fórmulas, durante a elaboração de jogos ou dinâmicas, ou ainda nas aulas de artes. Os defensores dos celulares nas escolas acusam o outro lado de simplista ou de estar cerceando o conhecimento e até mesmo os momentos de lazer dos estudantes, já tão massacrados com aulas teóricas e, muitas vezes, monótonas.

Fato é que um levantamento realizado pela Nexus – Pesquisa e Inteligência de Dados demonstra que 86% da população brasileira é favorável a algum tipo de restrição ao uso de celular dentro das escolas, sendo que 54% são favoráveis à proibição total dos aparelhos e 32% acreditam que o uso do dispositivo deve ser permitido somente em atividades didáticas e pedagógicas, com autorização dos professores. Os que são contra qualquer tipo de proibição somam 14% e alegam que não há pesquisas maciças que batam o martelo quanto aos reais prejuízos da tecnologia no ambiente escolar.

Tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei para limitar o uso dos celulares nas escolas, e o Ministério da Educação chegou a anunciar que divulgaria uma proposta sobre o tema, mas ela ainda não foi apresentada. O texto aprovado pela Comissão de Educação da Câmara proíbe o uso para crianças de até 10 anos. A partir dessa idade, seria permitido para atividades pedagógicas, o que desperta a preocupação de famílias e especialistas. Para virar lei, o projeto precisa ser aprovado pelos deputados e pelos senadores. Enquanto isso, novos estudos vêm sendo desenvolvidos, assim como os debates, que, necessários, crescem na mesma proporção das inquietações.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Atentado 1

O atentado terrorista, na noite de quarta-feira, é resultado das mentiras cultivadas pelo governo passado. Fake news sobre a segurança das urnas eletrônicas, críticas agressivas ao Supremo Tribunal Federal, inverdades chanceladas pelos militares e subservientes à insanidade de um presidente movido a ódio. Esse indivíduo, desprovido de humanidade, promoveu uma criminosa incitação popular pelo fim da democracia e em defesa da retomada do regime militar ditatorial, que impôs uma relação fratricida com a sociedade brasileira por 21 anos no Brasil. Foi o mesmo homem que, derrotado nas eleições de 2022, estimulou os atos de 8 de janeiro de 2023, reuniu centenas de brasileiros insanos e tomados pelo ódio plantado durante quatro anos de desgoverno. Eles vandalizaram as instalações dos Três Poderes, uma guerrilha urbana. O catarinense morto no seu ataque ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso plantou vários artefatos na Esplanada dos Ministérios, atitude condizente com a ideologia bolsonarista. Ainda há quem defenda anistia aos bárbaros do 8 de janeiro. Impensável, pois lugar de extremistas é em cadeias de segurança máxima.

» João Ariel Lima
Sobradinho

Atentado 2

Aceitem ou não, mas esses terroristas são frutos do bolsonarismo. Quem imaginaria que, em pleno século 21, no Brasil, estaríamos testemunhando fascistas terroristas da extrema-direita? Cuidado com essas pessoas, pois estão ao nosso redor travestidos de pessoas de “bem” infiltradas no grupo da família e de amigos, mas que, num momento de fúria, quando contrariadas, são capazes de matar. Exagero? Faça sua própria reflexão.

» Marcos Augusto Beato

Paraná

Atentado 3

Em tempos de ameaças ao Estado Democrático, é preciso que tenhamos representantes com coragem suficiente para se posicionar e punir, agindo em favor da democracia, oferecendo satisfação e confiança à sociedade

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Responsabilizar o presidente Bolsonaro pela explosão na Praça dos Três Poderes é o mesmo, *mutatis mutandis*, que responsabilizar o presidente Lula pelos inúmeros assédios sexuais do seu ministro.

Joares Antonio Caovilla — Asa Norte

Ataques de 8 de janeiro, bomba no aeroporto, explosão no STF. Celina Leão garante que capital está segura. Dá para perceber.

Abraão F. do Nascimento — Água Claras

Ibaneis, de férias em Roma, quer saber quem colocou fogo em Brasília.

Vital Ramos de V. Júnior — Jardim Botânico

Caminhão entalado na tesourinha: não adianta reformar e deixar o problema persistir. Por que não rebaixar o asfalto e deixar a tesourinha com 4,1 metros de altura?

Ricardo Beserra — Brasília

Não fizeram o estudo sobre o impacto econômico do fim da escala 6X1 no Brasil. Falar parece muito bom, mil maravilhas, mas façam o estudo antes!

Sônia Siqueira — Brasília

zar a efetividade dos serviços prestados pelas terceirizadas. Temos que registrar dezenas de protocolos para que se tome alguma providência, e, dias depois, novos problemas aparecem nos mesmos pontos de luz. Há algo errado. Muito errado. Moro em Brasília há mais de 20 anos e nunca vi uma situação como essa! A falta de iluminação pública adequada agrava o problema da segurança pública, bem deficiente pela ausência total de policiamento ostensivo e preventivo, e é um problema que mereceria uma maior atenção por parte do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Estamos chegando ao fim do ano, quando aumentam os furtos e assaltos. É urgente a tomada de providências quanto à iluminação pública e ao policiamento, em especial nas quadras 700 da Asa Sul.

» Carlos Silva Lemos

Asa Sul

da garantia de manutenção e do fortalecimento das instituições, certificando-se de que penas aplicadas não se limitem à mediocridade, que sejam rígidas, condizentes com as práticas criminosas, para que sirvam de exemplo e prevenção contra outras tentativas de ruptura institucional. O Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministério Público e a Polícia Federal não podem se intimidar com o desespero dessa organização criminosa e seus atuantes, ser incipientes diante dos discursos de inocência e todo dramatismo demagogo teatral criado na tentativa de atenuação dos seus atos antidemocráticos e outros crimes. É importante que as penas, como cadeia e demissão de cargos públicos, militares e políticos, cortes dos salários e dos benefícios, não fiquem restritas apenas aos meros coadjuvantes dos atos. Que as penalidades sejam abrangentes e imparciais e possam se estender também aos principais articuladores, financiadores e líderes dessa organização criminosa terrorista. Sem direito a anistia, sem chororô, tentativas de suicídio ou crises de diarreia.

» Marco Vinício Conceição
Rio de Janeiro

Iluminação pública

Há vários meses, vivemos um caos na iluminação pública em Brasília. É só passar pela cidade e ver centenas de postes sem iluminação, alguns ligados durante o dia. Na 713 Sul, não tem uma noite em que vários postes não estejam sem funcionar. Há que se fiscalizar



PALOMA OLIVETO
paloma.oliveto@cbpress.com.br

Show do milhão

Nós, que nos lembramos de como era o mundo pré-internet, costumamos pensar que somos testemunhas de uma revolução tecnológica tão importante para a humanidade quanto a descoberta da roda. Mas, sem minimizar o impacto significativo da rede mundial de computadores na nossa vida, ouso imaginar que a população do século 19 vivenciou uma transformação muito mais assombrosa.

Graças à internet, em frações de segundos, encontrei algumas das novidades do mundo oitocentista: eletricidade, radioatividade, telefone e fotografia são alguns deles. Foi naquele século que se desenvolveram bateria, locomotiva, motor elétrico, estrada de ferro, turbina de água, hélice de navio, fonógrafo, turbina a vapor, automóvel, cinema e um tanto de outras coisas que mudaram dos costumes à economia. Em resumo, uma pessoa nascida nas primeiras décadas do século 19 passou da carroça à locomotiva e ao carro, da carta ao telefone, do retrato a óleo à fotografia, da vela à lâmpada.

Enquanto Inglaterra estava, literalmente, a todo vapor, no continente africano, 18 países foram feitos colônias do Reino, com a função única de fornecer matéria-prima para o desenvolvimento industrial da metrópole. Até o início do século 20, simplesmente toda a África havia sido dividida entre os europeus. Assim como as ilhas da Oceania e boa parte da Ásia e da América Latina. Os Estados Unidos, que conseguiram a independência na era seiscentista, também já se dedicavam à indústria têxtil, siderúrgica, metalúrgica e automobilística.

A intensa atividade industrial trouxe

imensos benefícios à humanidade, ao mesmo tempo em que cobriu as cidades de fuligem, injetando toneladas e mais toneladas de dióxido de carbono da atmosfera. Foi somente no fim dos anos 1980 que os cientistas constataram que a temperatura do planeta estava aumentando e conseguiram associar o fenômeno à emissão massiva de gases de efeito estufa.

Enquanto as nações fabris acumulavam dinheiro e CO2, as colônias eram espoliadas, e suas sociedades, estimuladas a entrar em guerras civis. Nada mais justo, portanto, que os países que enriqueceram à custa da industrialização paguem, agora, a maior parte da conta das mudanças climáticas.

A COP29, sediada no Azerbaijão, tem como missão definir o novo fundo que destinará aos países em desenvolvimento recursos para mitigar e se adaptar aos danos das mudanças climáticas. A maior fatia tem de sair da conta dos ricos, que, todavia, têm se negado a pagar o montante que devem. Como bem disse o secretário-executivo da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, financiamento climático não é esmola, é obrigação de quem está poluindo o planeta há dois séculos.

Um relatório técnico da ONU calculou em US\$ 2,4 trilhões por ano, até 2030, para compor o fundo global de adaptação climática. Os países ricos preferem falar de milhões. Em um “show de humildade”, dizem que não têm dinheiro para isso. Porém, diferentemente do século 19, o Sul Global não se curva às ex-metrópoles e não abre mão de cada centavo dessa dívida histórica, do tempo das carroças e da luz de vela.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA
Localidade SEG/SÁB DOM

DF/GO R\$ 4,00 R\$ 6,00

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8945 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anúncio
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS*
SEG a DOM

R\$ 899,88

360 EDIÇÕES
(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078

- Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

ANJ
grupo
de mídia

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

DA Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br